

Mais uma promessa cumprida

Sintsep-GO inaugura seu novo imóvel na tradicional festa dos Aposentados e Pensionistas da entidade



Presente de Natal

A notícia está aí, espalhada por todos os cantos. Em tempo recorde, no apagar das luzes, os parlamentares aprovaram no dia 15 de dezembro seu aumento salarial. De tão rápida a votação, foi chamado de “aumento relâmpago” o reajuste de 61,8% em seus subsídios. O salário das “excelências” passa a ser, agora, R\$ 26,7 mil.

Subiu também o do presidente da República, ministros e secretários de primeiro escalão. Se já não subiu, vai subir também o de deputados estaduais, governadores, prefeitos e vereadores. Para eles não existe Lei de Responsabilidade Fiscal. Para eles não existe limite orçamentário – essa desculpa só é utilizada quando nós, trabalhadores insolentes achamos que estamos recebendo pouco demais. O que

nós muitas vezes não conseguimos em dez anos de luta – mais que dobrar o salário, por exemplo –, eles conseguem em dez minutos.

Ao ouvir notícias como essas, é impossível esconder aquela sensação de estar se sentindo um palhaço.

Os oito anos do histórico governo Lula findam assim, maculados por um Legislativo que subverte os interesses de toda a nação a seus interesses pessoais. E o governo Dilma Rousseff começa assim, com um discurso de não cumprimento de acordos, limite orçamentário e redução de gastos – argumentos que, conforme já foi dito, impõem limites apenas à classe trabalhadora.

É por essas e outras que o Sintsep-GO propôs, no X congresso da Condsef, greve geral

para março de 2011. É por essas e outras que não devemos escutar, passivamente, esse tipo de notícia e continuar sentados no sofá, assistindo o Jornal Nacional, como se nada estivesse acontecendo.

Nosso presente de Natal foi um tapa na cara, sem luva de pelica, com os cumprimentos do Congresso Nacional.

Mas, ainda assim, comemoremos. Nas festas de fim de ano, comemoremos nossa decência. Comemoremos andar de cabeça erguida, nas ruas. Comemoremos a consciência tranquila. Comemoremos o novo imóvel que adquirimos, à custa de muito trabalho e suor de cada servidor. Não foi uma aquisição relâmpago, levou alguns meses para ser quitado, mas está repleto de dignidade.

Servidores do MTE em Goiás discutem Assédio Moral sofrido durante greve nacional [2]

Funai: servidores aquartelados contra desmonte do órgão impedem retirada de móveis da ex-coordenação [2]

Equipe de RH do Ministério da Saúde em Goiás trabalha no sufoco para colocar demandas em dia [2]

Com maior participação de sua história, Sintsep-GO propõe plenária nacional e greve geral para março de 2011 [3]

ENTREVISTA: Carreiras Transversais, afinal de contas o que é isso? [4]

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Servidores do Ministério do Trabalho e Emprego em Goiás discutem Assédio Moral sofrido durante greve nacional da categoria



Nos dias 6 e 14 de dezembro, o Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Federal em Goiás (Sintsep/GO) protagonizou, ao lado dos servidores goianos da Superintendência do Trabalho e Emprego (SRTE-GO), audiência pública que discutiu o assédio moral sofrido pela categoria durante o movimento nacional de greve. Argumentando férias, o superintendente do órgão no estado

e auditor fiscal do trabalho, Samuel Alves Silva, compareceu apenas à segunda audiência, tendo sido substituído, na primeira, pela auditora Nalva Oliveira Resende. As atividades, solicitadas pelo Sintsep/GO, foram promovidas pela Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa.

Após breve apresentação feita pelo sindicato, conceituando e exemplificando o assédio moral, três casos emblemáticos de assédio foram narrados por trabalhadores do órgão. Os depoimentos de Selma Alves Montelo, Adriana Ferreira Borges e Raquel Luz comoveram a platéia, composta por

instituições como Controladoria e Advocacia Geral da União (CGU e AGU), Ministério Público do Trabalho e entidades como a Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal (Condsef), Central Única dos Trabalhadores (CUT-GO), sindicatos dos servidores da Saúde (Sindsaúde/GO), de técnicos e auxiliares em saúde bucal (Sintasb/GO), Comissão Pastoral da Terra (CPT), Sindicato dos Auditores Fiscais do Trabalho em Goiás (Sindafit-GO), Associação dos Servidores do MTE em Goiás (Asmitago), entre outros.

Nas duas ocasiões, diversas denúncias foram apresentadas pelo Sintsep/GO contra o grupo gestor da SRTE-GO, todas comprovadas em documentos que compuseram um extenso dossiê, entregue a representantes das entidades e instituições presentes. Além dos casos emblemáticos, diversos outros tra-

balhadores foram perseguidos pelo gestor por apoiarem e participarem da greve.

Ao fim das audiências, Ademar Rodrigues disse que, haja o que houver, o resultado destas audiências não deve ficar 'parado' na Assembléia. "Este fato ocorrido no MTE/GO deve ser divulgado, deve ser repassado oficialmente ao governo, às instituições brasileiras e internacionais. É um absurdo como o órgão que deve zelar pelas condições de trabalho de todos os brasileiros, promova esse tipo de situação dentro de sua própria estrutura e se omita de promover justiça – porque até hoje, apesar das comprovações, nada de concreto foi feito. Nós, servidores públicos, exigimos Justiça e respeito", ressaltou.

DRAMA

Funai: servidores aquartelados contra desmonte do órgão



Servidores aguardam na porta do órgão chegada da equipe que iria retirar os imóveis...

Nos últimos dias 8 e 9 de dezembro, Sintsep-GO e servidores da Fundação Nacional do Índio em Goiás, aquartelados, impediram que o governo federal recolhesse os móveis da ex-coordenação regional do órgão no estado, extinta após a promulgação do decreto presidencial 7.056/09.

nem a retirada do que ainda lhes resta no imóvel: mesas, cadeiras e móveis em geral. Como consequência do movimento, o portão foi trancado, e nada foi retirado do local.

A luta, encampada pelo Sintsep/GO e - em nível nacional pela Condsef - é contra a chamada

Sem água, energia, instrumentos de higiene pessoal e comunicação, os servidores resistem; não aceitam o fim da coordenação regional

"reestruturação" da Funai, ocorrida por meio do decreto presidencial 7.056/09, que extinguiu inúmeras coordenações regionais em todo o Brasil - dentre elas, a de Goiás. Sem saber para onde serão direcionados, servidores da antiga sede e de mais três postos indígenas localizados no estado (Minaçu, Aruanã e Rubiataba) permanecem mobilizados, perplexos com a "ordem de despejo" de seu próprio trabalho.

Mandado de Segurança

Na Justiça, o sindicato busca reverter a situação através de um Mandado de Segurança, protocolado contra o processo de reestruturação que não incluiu os postos e a antiga coordenação de Goiás em lugar nenhum. "É como se não existíssemos mais", desabafam os servidores. Indígenas, revoltados

com a nova configuração da Fundação - que não atende as expectativas e necessidades das etnias - se colocam ao lado dos trabalhadores. "O governo federal feriu a Constituição e tratados internacionais ao alterar a configuração da política indigenista sem consultar os índios e sem buscar a parceria dos servidores, que conhecem melhor que ninguém a realidade destas etnias", afirmam.

Várias são as instituições que deram apoio à causa do Sintsep/GO e dos servidores da Funai. Dentre elas a Ordem dos Advogados do Brasil - Seção Goiás, que enviou um parecer à OAB nacional, solicitando que a instituição entre com ação direta de inconstitucionalidade (Adin) contra o decreto do Executivo.

NO SUFOCO

Equipe de Recursos Humanos do Ministério da Saúde em Goiás trabalha no sufoco para colocar em dia demandas de ex-servidores da Funasa



Marli Sorel de Araújo, chefe do serviço de gestão de pessoas do MS-GO

Trabalho, muito trabalho. Esta tem sido a rotina dos servidores do núcleo do Ministério da Saúde em Goiás (MS/GO), desde que o órgão absorveu, em julho deste ano, grande parte do contingente de trabalhadores da Fundação Nacional de Saúde. Com a redistribuição, ocorrida em todo o Brasil, somente em Goiás mais que dobrou a quantidade de servidores do órgão: pas-

saram de 800 para 1747. No entanto, a estrutura do Ministério para recebê-los, no estado, tanto em relação aos recursos humanos quanto ao espaço físico permaneceu a mesma. "De um modo geral, há apenas 182 servidores em todo o núcleo para dar conta de toda a demanda dos novos trabalhadores" explica a administradora Marli Sorel de Araújo, chefe do serviço de gestão de pessoas do MS/GO.

Entre as dificuldades apontadas para "colocar em dia" a vida funcional do ex-servidor da Funasa, hoje lotado no Ministério da Saúde, estão a falta de estrutura para realização

do trabalho (espaço físico); a pouca quantidade de servidores específicos no setor de recursos humanos (pois os 182 disponíveis são do Núcleo, de um modo geral); diferenças de procedimentos administrativos entre as administrações direta (MS) e indireta (Funasa), que demandam reformulação e padronização; sistema Siape desatualizado em relação a aspectos da vida funcional dos servidores e a demanda represada de ações derivadas do Mandado de Injunção 880 (MI 880), que garante contagem de tempo insalubre para efeito de abono de permanência ou aposentadoria.

Ajuda fundamental

Ciente das dificuldades apresentadas pela chefe de Gestão de Pessoal, o Sintsep-GO fez sua parte, disponibilizando três companheiros

para realizar, junto com o MS/GO, a contagem de tempo insalubre dos servidores da Funasa que passaram para o ministério. "Foram três meses de trabalho intenso, que deu um resultado surpreendente. Goiás é o único estado no Brasil que já tem praticamente contado o tempo insalubre de todos os servidores redistribuídos", afirma o presidente da entidade, Ademar Rodrigues de Souza.

Segundo Marli, o trabalho do Sintsep-GO foi fundamental para agilizar a resolução de inúmeras demandas dos servidores junto ao órgão. A administradora informa que, em 2011, os servidores do núcleo trabalharam na perspectiva de regularizar a situação de todos os redistribuídos.

PATRIMÔNIO

Promessa cumprida!

Sintsep-GO inaugura seu novo imóvel na tradicional festa dos Aposentados e Pensionistas da entidade

“A decisão de dar ao novo imóvel o nome do companheiro Genuíno é pela simbologia de luta, resistência e participação que ele representa para todos nós. É uma homenagem, na pessoa dele, a todos os aposentados e pensionistas goianos que têm contribuído com a criação e a manutenção do Sintsep-GO, bem como com a luta dos servidores públicos federais em todo o país, independente da idade que alcançaram”, explicou.

Além de José Genuíno, a integrante da atual direção e uma das fundadoras do Sintsep-GO, Márcia Jorge, também recebeu homenagem no novo imóvel, dando seu nome ao Centro de Formação que já está praticamente equipado. “É um local no qual o servidor público tem acesso a filmes e vídeos, históricos e contemporâneos, se constituindo um espaço de cultura, entretenimento e formação sindical”, informa Ademar.

Além de videoteca e dormitórios, compõe o Centro de Formação do novo imóvel a “Sala da

Inclusão Digital”, local onde os servidores terão a oportunidade de fazer cursos, acessar a internet e se familiarizarem às novas tecnologias da comunicação e da informação. O início dos cursos está previsto para fevereiro de 2011.



Conforme ocorre tradicionalmente, o Sintsep-GO promoveu, no dia 17 de dezembro, a festa de confraternização entre os aposentados e pensionistas do sindicato. Mas, no ano de 2010, a festa adquiriu um caráter especial: marcou a inauguração do novo imóvel do sindicato. Para o presidente do Sintsep-GO, Ademar Rodrigues, não há nada mais justo e significativo que permitir que seus filiados inaugurassem a nova casa. “Não há nada mais importante para nós e para o sindicato que os nossos companheiros – especialmente os aposentados e pensionistas, que contribuíram com a edificação do sindicato e que contribuem até hoje na luta e na manutenção da entida-



Presidente do Sintsep-GO, Ademar Rodrigues ao lado dos servidores aposentados José Genuíno e Márcia Jorge

de. Nada melhor então que nosso ‘novo patrimônio’ fosse inaugurado por estes servidores, que são o nosso ‘maior patrimônio’”, brincou o presidente da entidade, Ademar Rodrigues.

Batizada como “Casa de Apoio José Genuíno da Costa”, o nome da nova sede, segundo Ademar, é um reconhecimento à contribuição do Sr. Genuíno à categoria.



Festa de inauguração da nova casa de apoio e centro de formação do Sintsep

X CONCONDSEF

Com maior participação de sua história, Sintsep-GO propõe plenária nacional e greve geral para março de 2011



Parte da delegação do Sintsep-GO que participou do X Congresso da Condsef

Entre os dias 8 e 12 de dezembro, mais de 1.500 delegados(as), representando cerca de 80% dos servidores públicos federais de todo o país, se reuniram em Brasília para o X Congresso da Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal (X Concondsef). O evento se destacou por ter sido o maior já realizado pela entidade, em seus 20 anos de existência. Na pauta, deliberações importantes marcaram o congresso como a proposta de autoria do Sintsep-GO, de construir um movimento de greve geral no setor público, organizada para ocorrer em março de 2011.

De acordo com o presidente do Sintsep-GO, Ademar Rodrigues,

a proposta de paralisação será delineada em plenária nacional que deve ocorrer no início de 2011. “Temos acordos não cumpridos e projetos – vindos do Executivo – tramitando na Câmara que contrariam não apenas os interesses dos servidores, mas de toda a população, como o PLP 549/09, que congela investimentos no setor público por dez anos. É necessário que o governo reveja algumas de suas posições”, afirma Ademar.

Para Ademar, o recente aumento aprovado pelo Congresso Nacional – mais que dobrando o salário de parlamentares, integrantes do primeiro escalão do Executivo e do presidente da República, com efeito cascata para estados

e municípios – é uma afronta aos servidores e à população. “A principal desculpa do governo para não cumprimento dos acordos tem sido a limitação orçamentária e uma suposta diminuição das receitas. É um absurdo essa disparidade, um aumento dessa magnitude, e para o restante da população nada”, desabafa o presidente.

Sob nova direção

No último dia 12, durante o X Concondsef, foi eleita a nova direção que vai conduzir, pelos próximos três anos, a luta de 80% do total de servidores do Executivo Federal.

Com quatro chapas inscritas, a democracia foi a marca da votação da nova direção da Condsef. Vencedora, a Chapa 1 “Frente para uma Condsef autônoma e classista” somou 808 votos (50,79%). A Chapa 3 “Para vencer: Renovação, unidade e luta” veio em segundo com 635 votos (39,91%). A Chapa 2 “Mudança na Condsef” contou com 120 votos (7,54%) seguida pela Chapa 4 “Renovação com lutas - Unidade da categoria” com 28 votos (1,76%). Três foi o número de votos brancos e nulos.

Com o resultado, Josemil-

ton Costa permanece como secretário-geral da Confederação.

Destaque

O X Concondsef, além de ter sido o maior congresso já realizado pela Condsef, foi também o evento com a maior participação de delegados(as) do Sintsep-GO desde a sua fundação – retrato do bom momento vivido pela entidade, que tem visto seu número de filiados(as) aumentar a cada dia. “Neste congresso, o Sintsep-GO conseguiu garantir a maior participação de delegados de sua história. Neste sentido, agradecemos muito aos 40 companheiros e companheiras que compuseram nossa delegação em Brasília. Juntos fizemos um excelente trabalho”, comenta o presidente da entidade, Ademar Rodrigues.

O presidente destaca ainda que todas as propostas encaminhadas pelo agrupamento de Goiás foram aprovadas nos respectivos grupos de participação. “Fizemos um trabalho bem articulado de formular propostas concretas e exequíveis para o próximo triênio da Condsef. Apoiamos, inclusive, a chapa vencedora. O resultado foi a aprovação de todas elas”, afirma.

Carreiras Transversais, afinal de contas o que é isso?

Uma das discussões mais importantes, que se relaciona diretamente à vida do servidor público federal brasileiro, é a criação, por parte do governo, das chamadas Carreiras Transversais. Criadas com o objetivo de proporcionar uma maior mobilidade dos servidores entre os vários órgãos, criando um tronco comum de carreiras – por isso a idéia da transversalidade – a proposta governista é fortemente criticada pelos servidores devido à forma como está sendo implementada. Embora venha com uma tabela remuneratória maior que a praticada atualmente, a proposta do governo não permite a vinculação ou inclusão dos atuais servidores na nova carreira, dividindo interesses e fazendo com que grupos de servidores – que realizam as mesmas atribuições – tenham remunerações diferentes. Quem explicita melhor o assunto é o economista da subseção do Dieese-Condsef, Max Leno de Almeida, que proferiu, à convite do Sintsep-GO, um Seminário sobre Carreiras Transversais, na sede da entidade. Confira:

1) O que são as Carreiras Transversais?

De acordo com o governo, as carreiras transversais são carreiras dentro do

cargos cujas atribuições possam ser exercidas em um grande número ou em um número ilimitado de órgãos ou entidades da Administração Pública, no que a idéia estaria perfilada com o conceito de máxima mobilidade na base. No entanto, há uma grande diferença entre a proposta imaginada pelo governo e a idealizada pelas entidades representativas dos servidores federais, já que poderá haver a exclusão dos atuais servidores que operam atribuições iguais ou assemelhadas àquelas que se pretende delegar aos servidores cujo ingresso já se dará diretamente nos novos cargos. Com isso, teremos uma situação funcional que deveria ser evitada a todo custo, qual seja, a existência de diferentes grupos de servidores exercendo as mesmas atribuições, mas organizados em várias carreiras ou cargos, com remunerações diversas, o que por certo trará dificuldades na gestão cotidiana desses servidores.

2) E a quem se aplica?

No caso, algumas das principais

carreiras que atualmente já apresentam essa característica de transversalidade e que, inclusive, já tem previsão legal, são: a) alguns cargos do PGPE (Analista Técnico-Administrativo; Assistente Técnico-Administrativo, de nível intermediário e Analista em Tecnologia da Informação - criados dentro do PGPE na forma das Leis 11.357/2006 e 11.907/2009); b) a carreira de Desenvolvimento de Políticas Sociais (criada a partir da Lei nº 12.094/2009); c) a carreira de Analista Executivo, consubstanciada no Projeto de Lei nº 3.952/2008; e, d) carreiras da área de infraestrutura (analista e especialista em infraestrutura).

3) Quais são as vantagens e desvantagens para os servidores que optarem por esta Estrutura Remuneratória Especial?

A grande vantagem consiste justamente nas tabelas remuneratórias que são diferenciadas e os valores são superiores aos praticados pelas carreiras de origem. Porém, as propostas até aqui formuladas pela

SRH/MPOG sobre cargos transversais caminham na direção da estruturação de cargos e/ou carreiras com mobilidade ao servidor, mas não o faz integrando esta mobilidade ao processo de capacitação e à carreira, no que não respeita diretrizes traçadas pelas entidades sindicais. Além do mais, as propostas apresentadas têm em comum a instituição de um tratamento discriminatório em relação aos atuais servidores, haja vista que não permite a racionalização e a transformação dos atuais cargos ocupados, o que implicará em tratamento diferenciado entre antigos e novos servidores. Algo com o que as entidades sindicais não concordam e que, certamente, será negociado no governo Dilma Rousseff, juntamente com todas as reivindicações que foram levantadas no memorial descritivo dos acordos feitos com o governo Lula, mas que não foram cumpridos - ação protagonizada pela Condsef e pela CUT, com a Secretária de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento - x

Max Leno, economista do Dieese discorreu sobre a proposta governamental das Carreiras Transversais

setor público federal que permitem maior mobilidade do servidor e homogeneidade entre as estruturas remuneratórias, principalmente nas áreas técnico-administrativas. Na verdade, as entidades sindicais já discutiram e definiram como uma das propostas de diretrizes de Plano de Carreira, a idéia da transversalidade. Nesse caso, referidas experiências parte de uma linha comum, qual seja a instituição de

CURTAS

Aposentados e pensionistas

Para facilitar o contato entre o Sintsep-GO e você, mantenha sempre atualizado seus dados, cadastro de endereço e telefones junto à entidade. O Sintsep-GO agradece por sua colaboração!

Revolta

Servidores públicos federais de todo o país estão revoltados com o aumento relâmpago de salários – de 61,8% – promovido pelo Congresso Nacional no último dia 15 de dezembro. Com isso, o salário dos parlamentares, ministros e do presidente da República sobe de R\$ 16,5 para R\$ 26,7 mil. Segundo a Confederação Nacional dos Municípios (CNM), considerando o efeito cascata do reajuste (Legislativo e Executivo estaduais e municipais), o aumento pode causar um impacto orçamentário de cerca de R\$ 1,8 bilhões ao bolso dos brasileiros(as).

Manobra

A votação do Projeto de Lei Complementar (PLP) 549/09 vai ficar mesmo para 2011. Manobra de parlamentares do PT – que se declararam ausentes da Comissão de Finanças e Tributação – impediu a

formação de quórum para votação do parecer da deputada Luciana Genro, contrário ao projeto. Com a suspensão da votação, o relatório da deputada será descartado e um novo relator será escolhido no início de 2011. O PLP 549/09 propõe limites a investimentos públicos pelos próximos dez anos – praticamente congelando os salários dos servidores neste período.

Memorial

Um memorial com todo o histórico de negociações pendentes, ainda não encaminhadas pelo governo Lula, foi assinado no último dia 14/12 pela Secretaria de Recursos Humanos (SRH) do MPOG, CUT, e Condsef. O documento será encaminhado à equipe da presidenta Dilma Rousseff, com o objetivo de garantir a continuidade do processo de negociação. Dentre as questões presentes, destacam-se a incorporação da GAE no PECFAZ; a retomada das negociações com servidores do FNDE e INEP; o reajuste da Gacen e Gecen; a reestruturação do PGPE e demais planos de carreira; racionalização de cargos e valorização dos servidores de nível médio, entre outras questões.

Vitórias

Como tem acontecido nas duas últimas gestões do Sintsep-GO, mais 41 filiados(as) ao sindicato apostaram em sua Assessoria Jurídica e se deram bem. Nos meses de outubro e novembro, eles faturaram ações na Justiça referentes à GDASST, GDATA E GDPGTAS. Confira novidades em relação a novas ações vencidas pelo sindicato em nossa página na internet: www.sintsepggo.org.br.

Ação dos 28,86%

A Assessoria jurídica do Sintsep-GO informa ainda que uma ação organizada pelo sindicato conseguiu reabrir, na Justiça, o processo de número 2007.35.00.001835-0. Ele ainda tramita em sua fase inicial. Foi ganho pelos servidores em 1ª instância mas a Funasa recorreu da sentença. O processo aguarda novo julgamento no Tribunal Regional Federal, em Brasília. Por se tratar de processo reaberto, sendo contra a União, sua instância final deverá ser o Supremo Tribunal Federal (STF).

Anistiados

O Ministério do Planejamento, Or-

çamento e Gestão vai prorrogar até o dia 8 de janeiro de 2012 o prazo para funcionamento da Comissão Especial Interministerial (CEI) – órgão ligado à pasta que julga os processos de ex-servidores demitidos durante o governo Collor. A data-fatal era janeiro de 2011. De um total de 14.850 pessoas que reivindicaram retornar à administração, 8.718 já foram reintegradas à máquina pública, 875 aguardam julgamento, 2.232 tiveram seus processos indeferidos e 118 foram anistiados, mas sem direito a retorno. Esta tem sido uma das mais fortes bandeiras de luta do Sintsep-GO nos últimos anos.

Grupo de Trabalho

Os companheiros Ademar Rodrigues, Fátima Maria, Márcia Jorge, Crescêncio Sena, Vicente Ribeiro, Marcos Aurélio, Gilson Filho e Vilmar Martins participaram, dia 25 de novembro, em Brasília, do encontro regional da Região Centro-Oeste, no qual foram apresentadas as diretrizes referentes à Organização Sindical, Direito de Greve, Negociação Coletiva e Licença do Dirigente Sindical no Setor Público. As discussões continuam em 2011!